



MULHERES, EDUCAÇÃO E MATERNAGEM

Rita de Cassia Costa Moreira
rccmoreira@yahoo.com.br
(UFBA)

Resumo

A participação da mulher na esfera pública se deu de maneira lenta, gradual e como fruto de reivindicações, lutas e estudos nas mais diferentes áreas do conhecimento. A forma como as mulheres (e os homens também) tiveram acesso aos processos e espaços educacionais, é fator determinante das relações assimétricas e preconceituosas entre os sexos ao longo da história; relações construídas na constante afirmação das diferenças e do espaço que cada uma/um pode e deve ocupar na dinâmica social; para ele o público (reconhecido e revestido de autoridade), para ela, o privado (doméstico e desvalorizado). Um olhar sobre a mulher congelado na universalidade, no essencialismo, na maternagem; um olhar sobre o homem impregnado de autoridade, reconhecimento, androcentrismo. Um aprisionamento que se expressa na linguagem, nos discursos, nas escolhas, nas ações cotidianas de cada um dos sexos. A inserção das mulheres no espaço público através da docência foi permeada pela ideologia da vocação feminina para a maternidade, distanciando a sua prática docente da validação e respeito necessários à profissionalização da função. Este artigo, abraçando a abordagem teórica da multirreferencialidade, condizente com os pressupostos das Epistemologias Feministas, se propõe a desenvolver análise na perspectiva de Gênero, acerca da complexa relação entre Mulheres, Educação e Maternagem, promovendo articulações: entre educação, formação feminina, e a entrada das mulheres no espaço docente (público); o fenômeno da feminização e a concomitante saída dos homens do magistério; o pensamento androcêntrico que permeia a educação e legitima os estereótipos, e as relações hierárquicas entre mulheres e homens.

Palavras-chave: Educação. Mulheres. Gênero. Maternagem.

O presente trabalho, atento às marcas discursivas que, muitas vezes imperceptíveis, revelam olhares e construções estereotipadas sobre gênero, assume alguns posicionamentos que merecem destaque: o registro, respectivamente, de mulheres e homens, e não homens e mulheres como comumente se encontra nos textos, numa tentativa de fugir ao modelo hegemônico androcêntrico; o deixar explícito que neste estudo de gênero o foco é a mulher e sua estereotipada relação com a maternagem; o de visibilizar a produção acadêmica e científica feminina, revelando nome e sobrenome das autoras citadas e não apenas o seu sobrenome (o que facilita a generalização no masculino). Esses fatores, situados no contexto das Epistemologias Feministas, explicitam a crença na ciência como prática social implicada, política, crítica e fortemente atravessada pelo androcentrismo e pelas assimetrias de gênero.

É paradoxal pensar na pouca capacidade intelectual atribuída historicamente às mulheres, e na sua grande responsabilidade para manutenção da família e educação dos filhos (no geral) e das meninas (em particular). Excluídas da educação formal até o século XVIII,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aproximadamente, quando o advento da burguesia provocou profundas mudanças na realidade e sentimentos da família, as mulheres eram educadas em casa, para que impregnadas do pensamento moral e dos bons costumes, exercessem a sua missão/destino: a maternidade.

Para o exercício deste papel social, a formação nos conventos (primeiro espaço para a educação formal feminina) era suficiente. Lá as meninas aprendiam valores morais, costumes, fé católica e conhecimentos específicos para que lidassem adequadamente com a casa, os filhos, o marido. Como analisa Elizete Passos (1995, p. 121) “[...] *as mulheres deviam receber uma educação firme, capaz de prepará-las para ocuparem-se da casa e dos filhos*”.

Em casa, até o momento em que eram enviadas aos conventos, as meninas eram educadas para um ser e vestir recheado de enfeites e detalhes nas roupas, nos cabelos, nos braços, nas orelhas. Esses configuravam a marca da feminilidade; uma marca que encantava e seduzia pela “graciosidade”, pela “delicadeza”. Não podem as meninas, fugir desse padrão, pois não seria esse o ideal de uma mulher em formação. Ao ingressarem nos conventos, nas escolas, esse aprendizado era drasticamente retirado. Adereços e enfeites provocavam a cobiça dos homens, o que era extremamente perigoso e inadequado para jovens e casadoiras donzelas. Neste momento, os atributos do corpo feminino deveriam ser ocultos em uniformes pesados, escuros, austeros, padronizados para que não fragilizassem o sentimento masculino e se mantivessem como modelo da moral burguesa.

Graça, e sedução. Marcas, paradoxalmente fortes, do desenvolvimento feminino. Na infância a graça, que Sacconi (2007, p. 376) define como dom gratuito, bondade divina, charme, elegância. Na maturidade, o seduzir, definido também por Sacconi (2007, p. 758) como “[...] *persuadir (alguém, geralmente jovem ou inexperiente, a ter relações sexuais ilícitas); fazer cair em erro: os prazeres carnis seduzem os homens; encantar, fascinar*”. Crescem as meninas com este conflito existencial: o encanto como manifestação da pureza, e a sedução como tradução do pecado; seduzir (persuadir, iludir) ou encantar (maravilhar, atrair, fascinar pela beleza). Nas duas formas, uma educação para a conformação a modelos e o implícito de um masculino sempre presente e determinando interpretações e ações para o feminino.

No contexto de profundas mudanças na economia (fortalecimento da burguesia, ascensão do capitalismo e necessidade de mão-de-obra), na família (pautada na idéia de núcleo –





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pai, mãe e filhos), na educação (espaço escolar como reduto do saber legitimado), o século XVIII deixa profundas marcas na história. A educação passa a ocupar o lugar de prioridade; as crianças, antes enviadas para fora de casa, para onde só retornavam aos sete anos, precisavam ser mantidas no seio familiar, para que recebessem atenção e adequada orientação educacional (e profissional também), o que interferiu diretamente na queda da taxa de mortalidade, muito grande nesse período (ÁRIES, 1981). A escola como espaço de educação formal (inicialmente para meninos) nasce e se legitima no bojo da ideologia burguesa, imbuída do ideal de formar meninos para a “vida” (o espaço público) e meninas para a família (o espaço privado); de formar cidadãos que pudessem fortalecer o ideal burguês e fazer crescer a economia. Na análise de Guacira L. Louro (1997, p. 9), a escola, por seu caráter de formação e por sua vinculação à ideologia burguesia, foi:

Alvo de atenção dos religiosos, dos estados e das famílias. Ela foi se constituindo como necessária para a formação de meninos e meninas, ao mesmo tempo em que deslocava a importância de outros espaços formadores. À escola, foi atribuída, em diferentes momentos, a produção do cristão; do cidadão responsável; dos homens e das mulheres virtuosos/as; das elites condutoras; do povo saio e operoso.

As primeiras escolas para mulheres tiveram fundamental importância para a manutenção da cultura e pensamento dominante (heterossexual e androcêntrico). Dos primeiros conventos (inicialmente a única via de acesso para a formação feminina – religiosa), a uma “nova” educação para as mulheres, algumas mudanças, muitas permanências. Nos conventos a possibilidade de pensar numa mulher educável, pronta para moldar-se ao imaginário de uma mulher ideal (incansável, maternal, submissa) – a mãe – dona de casa. Na escola, a possibilidade de ler, escrever, dominar conhecimentos para desempenhar bem seu papel doméstico e ao mesmo tempo formar novos cidadãos (reprodução de mãos-de-obra) – a mãe educadora capaz de maternar, dentro e fora de casa, e ainda ampliar a renda doméstica (considerada no caráter de complementaridade à renda do marido).

Por seu caráter de cuidado, atenção, carinho, idoneidade e proximidade com a maternagem, a atividade docente passou a ser então uma forma legitimada de inserção das mulheres no universo do trabalho e na ocupação do espaço público. Uma ocupação apontada como caminho para a realização pessoal, profissional e cidadã (era necessário ser útil à pátria num

3222





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

momento de grandes transformações políticas e econômicas porque passava o Brasil no século XIX). A função de educadora profissional (FARIA FILHO, 2005) então se delineia, através dela as mulheres são “autorizadas” a exercer uma carreira (ainda que com baixos salários) no espaço público e a ampliar seus estudos para que melhor desempenhem a função que lhes foi confiada (definida como honrada e virtuosa). É neste momento que ganham força os “Manuais de conduta”; material didático que objetivava prescrever ações e valores adequados para a conduta irretocável dessas mulheres educadoras. Estes, impregnados do discurso patriarcal, androcêntrico e apoiado na puericultura, reproduziam estereótipos e favoreciam a assimetria e hierarquização entre os sexos. Assim reflete Jane Almeida (1998, p. 33) sobre a instrução feminina no século XIX:

Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Essa educação, que a princípio é de acordo com a tradição portuguesa, fora negada sob o pretexto de que o conhecimento e sabedoria eram prejudiciais e desnecessários a sua frágil constituição física e intelectual, acabou por revelar-se desejável a partir do momento em que a mulher passou a ser vista, na sociedade da época, como a principal mantenedora da família e da pátria.

Discursos de modernização da sociedade e da mulher como “talhada” para o magistério, discutível associação à maternidade e ao essencialismo (idéia de uma essência universal e comum a todas as mulheres, espinha dorsal do determinismo biológico), favoreceram sua entrada e permanência neste campo profissional (ainda que com formação inferior a que o homem recebia). Nessa perspectiva, a mulher-professora é vista como sinônimo de cuidado, de ternura, de docilidade e, não necessariamente, de competência. Sua ação profissional é vocação, é missão o que favorece um imaginário que as distancia de reivindicações político-salariais. Já o homem professor é visto como profissional revestido de autoridade, de poder, de competência (já que próximo da esfera pública – legitimada e distante da esfera privada – desvalorizada).

Apesar da paradoxal situação de dirigida (submissa ao marido), e dirigente na função professora/dona de casa, a docência feminina marca, no Brasil, a tentativa de uma reconhecida ocupação do espaço público pelas mulheres. Mesmo por que, o avanço do capital e a crescente urbanização e industrialização trazem, em seu bojo, a mudança de mentalidade, de papéis e atuação na vida social, para mulheres e homens. Necessário, portanto, adequar à educação feminina aos novos ditames sociais. Vale ressaltar, que essa adequação ainda estava longe do





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reconhecimento ideal, mas evidenciava-se como um processo irrefreável de transformações e de configuração de um novo olhar sobre a questão feminina. Como bem analisa Helleieth Saffioti (1976: p. 179-180):

[...] Deste maior ajustamento da estrutura da família às novas condições de vida urbano-industrial adviriam profundas alterações na educação feminina. Se, por um lado, o ideal da educação doméstica se conservava, por outro lado, a necessidade da educação escolarizada para a mulher fazia sentir-se de maneira crescente. Obviamente, este processo não representava a consciência de que a mulher deveria receber educação idêntica à do homem, nem a equiparação social dos papéis tradicionalmente atribuídos a representantes de um e outro sexo.

Ao longo do tempo, um olhar sobre a mulher congelado na maternagem, no zelo, no cuidado. Um olhar sobre o homem impregnado de autoridade e reconhecimento. Um olhar limitado, limitante, carregado de ideologias, de preconceitos. Um olhar que preso a um passado onde mulheres só se constituíam como ser social a partir do casamento, não considera a autonomia, a inteligência e a competência como inerentes à existência feminina.

O baixo valor socialmente atribuído ao trabalho feminino (alusão à maternagem, a pouca capacidade intelectual e fragilidade), a formação “precária” e fortemente marcada pelo pensamento higienista, (nascido no século XIX e associado à puericultura, se fazia presente nos manuais de orientação para a boa conduta feminina) e católico, a menor carga horária (as mulheres trabalhavam fora apenas um turno para que pudessem cuidar da casa e dos filhos), foram fatores determinantes para o salário diferenciado (menor para as mulheres) e o fortalecimento das assimetrias e das relações de poder entre os sexos na prática docente.

A paulatina entrada das mulheres no universo da docência (principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental) e a concomitante diminuição do número de homens nesta profissão conduziram a um fenômeno amplamente discutido nos estudos sobre a História da Educação – a chamada feminização do Magistério: mulheres ocupando majoritariamente a docência. Nessa perspectiva, alguns fatores podem ser apontados: a exigência da escola e dos programas educacionais institucionalizados de habilidades culturalmente relacionadas ao feminino (cuidado, carinho, atenção, escuta...), na condução das crianças; os tabus em torno da sexualidade (a libido dos homens, a sedução feminina, a pedofilia...), afastando os homens do contato mais íntimo com as crianças, principalmente as menores; as estereotipadas representações de “tia”,

3224





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“professorinha” para os menores, desqualificando a atuação docente nesta faixa etária; os baixos salários, frutos também do processo de formação profissional diferenciado para mulheres e homens; o modelo patriarcal e androcêntrico que legitima os discursos e a autoridade masculina e desqualifica a atuação feminina. Ângela F. de Lima e Souza (2003, p. 68), ao analisar a presença das mulheres na profissão docente, desta que:

[...] Explicações para tal situação abrangem, desde uma inaptidão “natural” para um trabalho que exige racionalidade, objetividade e demais habilidades marcadamente associadas ao masculino, até a tendência também “natural” de se voltar para a maternidade e a família como a função mais adequada e requerida pela sociedade para a mulher.

O início do século XX marca um “novo” período para a educação feminina, fruto das reivindicações e discussões feministas em diferentes partes do mundo e principalmente na Europa. Ainda que dirigidas por homens, as mulheres passam a ocupar também hospitais, universidades e outros setores da sociedade marcadamente masculinos. Isto dá visibilidade à participação feminina e inspira estudos e pesquisas sobre sua decisiva atuação como sujeito histórico. As mulheres passam a compor estatísticas, a ter seus problemas discutidos, a ter sua condição de vida analisada na interface com outras categorias: classe social, etnia, religião etc.; são denúncias, legitimações e lutas contra o sexismo, a misoginia em diferentes veículos e linguagens. Feminismo, Epistemologia Feminista, História das Mulheres, Estudos de Gênero... caminhos de mobilização política, das conquistas femininas; campos teórico-metodológicos para investigação, para visibilização e legitimação.

Nesta perspectiva, novas disciplinas foram sendo incluídas no currículo, visando à cientificidade na educação das mulheres. Humanidades, Artesanato, e Puericultura passaram a caminhar juntas com Psicologia, Economia Doméstica, História, Geografia, Línguas.... Mas como seriam essas abordagens? Numa escola que se propunha preparar mulheres para o casamento, com certeza essas abordagens visavam despertar ainda mais o “instinto materno” e capacitar as mulheres para a aceitação do seu papel de cuidadoras, mães e esposas zelosas. Na inovadora e polêmica abordagem de Simone de Beauvoir (SIMONE DE BEAUVOIR, 1980: p 277-278) - para os padrões vigentes em 1949, ano de lançamento do livro *O Segundo Sexo* - acerca do papel feminino e da maternidade, a crítica constatação de que:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

[...] Não existe “instinto” materno: a palavra não se aplica em nenhum caso à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de uma situação e pela maneira porque a assume. É como se acaba de ver, extremamente variável.

Ainda com forte carga de discriminação e desconfiança, tornam-se cada vez mais visíveis estudos sobre a mulher, no crescente número de publicações e eventos envolvendo temas ligados à participação feminina na vida pública, uma participação que, de acordo com Cristina Bruschini (1994: p. 8) tem dupla via: “[...] *a articulação entre o espaço produtivo e a família. Para a mulher, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas*”. A década de 1970 configura-se um período marcante para esta temática como se pode ver nos estudos desta autora sobre o trabalho feminino: Em 1974 a Fundação Carlos Chagas promove seminários sobre a condição feminina; Em 1975 é instituído o Ano Internacional da Mulher, numa valorização do emergente feminismo; Em 1978 é lançado o Seminário sobre A Mulher na força de Trabalho, para citar alguns exemplos.

Assegurado o direito ao voto – posto no código eleitoral Provisório (Decreto 21076), de 24 de fevereiro de 1932 – outras questões passaram a ser discutidas, estudadas e ampliadas. Sendo uma delas a adequação da Constituição de 1988, para as questões ligadas às mulheres, através de propostas encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte. No debate, não o desejo de privilégios, benefícios (ações que, reafirmando estereótipos de fragilidade e fraqueza femininas, acabavam levando à discriminação). Essas reivindicações evidenciam a ampliação dos estudos sobre a condição feminina e o desejo de um diálogo mais equânime com a sociedade e o poder público. Dentre outras, duas importantes conquistas do período: A proibição da diferença de salários e função usando como parâmetro a categoria gênero; mesmos direitos para trabalhadoras domésticas e de outros espaços (CRISTINA BRUSCHINI, 1994).

Importante ressaltar que medidas asseguradas na Constituição, não garantiram (como ainda não garantem) mudanças efetivas na mentalidade social, que pensa a realidade de maneira binária. A discriminação ainda acontece, pois, como nos alerta Bourdieu (1995: p 137) “[...] *A visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos [...] ela se exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas*”. Assim, é possível perceber mudanças nas leis, nas estratégias, nas ações afirmativas convivendo com piadas, provérbios e músicas que desqualificando as





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

mulheres, evidenciam estereótipos de gênero. A polêmica recentemente aberta com o Projeto de Lei Antibaixaria, aprovado na Assembléia Legislativa da Bahia, que proíbe a contratação pelo Estado de bandas que executem músicas com teor desrespeitoso sobre as mulheres, e a luta por equiparação salarial entre mulheres e homens que desempenhem a mesma função, são exemplos da discriminação que permeia a relação entre os sexos.

A crescente industrialização e modernização do país (como já citado), evidenciada na década de 1990, marca, portanto, inúmeras reivindicações e ações, nos mais variados setores. A educação para as mulheres vira lema e alvo de inúmeras discussões. A inserção feminina em diferentes espaços públicos e a produção acadêmica se avolumam, abrindo espaço para a visibilização e a legitimação. O lugar que a mulher ocupa na sociedade, seu papel na família, sua relação com a produção capitalista, o pesado trabalho doméstico e a dupla jornada de trabalho, mulher e ciência, aborto, violência doméstica entre outros temas, passam a ocupar a mídia, a academia, a sociedade. Alvo de tantas discussões teóricas vive a mulher no dia-a-dia, como bem diz (DULCE WHITAKER, 1988: p 80):

[...] o inconciliável: ser mãe, esposa, governanta, administradora da comida, serviçal dos filhos e, ao mesmo tempo, profissional. Médica ou professora, engenheira ou faxineira, haverá sempre um malabarismo, maior ou menor, para equilibrar a dupla jornada de trabalho ou, o que é pior, as jornadas superpostas, processo pelo qual a mulher vai e vem de uma esfera de trabalho para outra, ora atendendo clientes, ora resolvendo problemas dos filhos, ora levando-os ao dentista ou apanhando-os na escola, representando diferentes papéis sociais que lhe esgotam as energias.

Mulheres e homens, sujeitos diferenciados em constante relação. Uma relação cultural e historicamente construída tendo por base a assimetria e a hierarquização, advinda da forma como as mulheres (e os homens também) tiveram acesso aos processos, conteúdos e espaços educacionais. A busca por entender, explicar e reconstruir a história feminina fortalece os estudos de Gênero - categoria de análise fundamental para entender/investigar a assimétrica relação entre os sexos “[...] forma primeira de significar as relações de poder entre os sexos (dominantes x dominados)” como afirma Joan Scott (1991: 14).

A efervescência dos estudos de Gênero e das discussões feministas sobre diferentes temas ligados ao sujeito mulheres evidenciou propostas e releituras sobre fatos, contextos e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

interpretações históricas sobre a relação entre os sexos. Londa Schienbinger (1999) se propôs a examinar o lugar da mulher no mundo acadêmico, utilizando a Epistemologia Feminista e explorando a diferença entre Feminismo liberal (e suas lacunas quanto ao pensamento mulheres e homens) e Feminismo da diferença (ênfase à diferença como resultado da cultura e não, do biológico); Judith Buhtler (2003) abraçou a reflexão sobre temas da teoria feminista a exemplo de identidade, gênero e papéis sexuais, sobre o acesso de mulheres ao ambiente científico; Sandra Harding (1996), numa narrativa histórica, crítica e comprometida, apresenta debates sobre o nascimento da ciência moderna, as críticas feministas da ciência, e as investigações sob a ótica androcêntrica; Heleieth Saffioti (1976) e o minucioso estudo sobre a mulher na sociedade de classes, observando implicações entre ciência, psicanálise e antropologia na posição social da mulher.

Michele Perrot (2006) com sua detalhada e marcadamente política discussão acerca das relações entre poder e construção histórica, na perspectiva de atores excluídos, (operários, mulheres e prisioneiros); Amparo Moreno Sarda (1987), e a reveladora e ilustrativa discussão em torno da linguagem e do androcentrismo na história; a atualizada discussão de gênero e educação proposta por Guacira Lopes Louro (1997) numa visão pós-estruturalista, situada e comprometida com os processos de transformação social através da educação.

Estas (e outras mulheres citadas ao longo deste trabalho), ao discutir os caminhos da pesquisa feminista, fornecem rico material para uma análise crítica sobre mulher e sociedade. O olhar lúcido e situado, a busca do saber científico e a possibilidade de outro espaço/olhar para a discussão sobre a vida das mulheres são fortes marcas do trabalho das teóricas feministas.

Merece destaque também o movimento engendrado pelos imigrantes no Brasil, principalmente italianos, evidenciando a instrução como forma de libertação da sociedade e, conseqüentemente, da mulher – atrelada aos grilhões ideológicos de fragilidade, submissão e exclusão. Como analisa M^a Lúcia Aranha (1989) de caráter crítico e conscientes dos prejuízos advindos do preconceito e conseqüentemente, tratamento desigual aos que pertenciam a uma cultura diferente, os anarquistas, e entre eles, italianos e espanhóis, realizando manifestações públicas e organizadas conseguiram implementar, no Brasil, as primeiras escolas operárias. Sua crítica, à educação realizada no Brasil, era o forte comprometimento com os ideais burgueses





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

preconceituosos e excludentes. Nessas escolas (que para eles teria de ser única e universal), não haveria distinção, discriminação; meninos e meninas deviam estudar e viver juntos; deviam receber a mesma instrução.

Meninos e meninas na mesma sala, uma conquista, um grande avanço. Mas as relações ainda eram pautadas por um imaginário que cercava a mulher de discutíveis interpretações e associações, o que evidencia as marcas ideológicas na assunção e desempenho de papéis atribuídos a mulheres e homens. Não se trata apenas da ocupação física de espaços, mas da carga de estereótipos, cobranças e discriminações sutil e fortemente colocadas e perpetuadas através das linguagens, dos discursos. A vigilância às atitudes e comportamentos de uma boa mulher/mãe em muito se assemelham às cobranças feitas às professoras. Devem as mulheres, freqüentar locais adequados e educativos, serem corretas nos trajes e no comportamento. Seus gestos públicos devem ser comedidos; deve ser paciente, zelosa, carinhosa. Devem os homens, ser objetivos, competentes e cheios de autoridade.

Com permissão social e o reconhecimento de um espaço para maternar fora do ambiente doméstico, a mulher é mais uma vez guiada para a assunção de papéis a ela conferidos como tipicamente femininos. A saída dos homens e a conseqüente feminização do magistério configuram este espaço como reduto das mulheres (uma alusão ao gineceu grego?). Libertas do ambiente doméstico podem ocupar o espaço público, porém, respeitando os limites impostos por modelos e papéis sociais que aprisionam. Como analisa Tereza Fagundes (2005: p 189):

[...] Ser educadora é uma profissão-modelo que a sociedade apresenta às mulheres como sendo adequada à sua identidade de gênero, posto que requer habilidades, atitudes e comportamentos historicamente definidos como femininos.

Mais de trezentos anos se passaram do surgimento das primeiras escolas até os dias atuais. A maciça presença feminina no magistério é um fato. Como também é fato que o genérico e a naturalização de expressões no masculino invisibilizam as mulheres e as instalam num plano de acomodação e sentimento de inferioridade, tipicamente patriarcal. Estereótipos e o ideal de “boa moça” bonita, educada e que goste de crianças são ainda forte apelo social para a profissional que lida com crianças (TIZUCO M. KISHIMOTO, 1999). Na análise proposta por Ivia Alves (2005, p. 27):





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

[...] A internalização da divisão sexual do trabalho, proposta pela modernidade burguesa capitalista, são estereótipos e papéis que até hoje se reproduzem. Eles provêm da divisão do ambiente em público e privado e dos específicos papéis da mulher e do homem na prática social, da orientação na escolha da profissão, da entrada no mercado de trabalho, e dos comportamentos e escolhas na vida cotidiana, enfim, da sua visão ideológica e suas “identidades”.

Forte, portanto, a relação entre o papel da mulher/mãe na estrutura familiar. Historicamente, mulheres e homens receberam criação, educação e orientação diferenciada, numa constante afirmação das diferenças e do espaço que cada uma/um pode e deve ocupar na dinâmica social; para ele o público (reconhecido e revestido de autoridade), para ela, o privado (desvalorizado). Um privado, que no caso das mulheres, está relacionado à ambígua “gestão” do ambiente doméstico - já que este é histórica e ideologicamente regulado e comandado pela figura masculina (pai, irmão ou marido) - e a sua própria carreira. Um conflito já apontado por Ângela F. de Lima e Souza (2003: p. 133)

[...] as mulheres, treinadas e condicionadas desde a infância para o cuidado e a maternagem, enfrentam cotidianamente o conflito entre a carreira e suas “obrigações” com a família; traem-se no discurso, seja ao referir-se frequentemente aos filhos, ao marido, aos pais idosos, seja através de imagens e metáforas que trazem de suas experiências no mundo privado.

Como visto o fenômeno da feminização do magistério, aqui brevemente discutido, é complexo e está atrelado a diferentes fatores. Baixos salários, desprestígio e relação com a maternagem podem ter afastado os homens da docência (principalmente das séries iniciais) e atraído (ou agregado) grande contingente de mulheres. Mas estes e outros fatores decorrentes da assimétrica e hierárquica relação entre os sexos, nos diferentes tempos e contextos históricos, quando discutidos à luz de uma História das Mulheres, nos permitirão um olhar mais lúcido, crítico e transformador sobre a participação de mulheres e homens na dinâmica social.

Referências

ALMEIDA, Jane. **Mulher e Educação**: a paixão pelo possível. Fundação Editora da UNESP, 1998.

ALVES, Ivã. **Interfaces**. Ilhéus: Editus, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

3230





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. V.2. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. In: Educação e Realidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação 20(2) jul/dez 1995.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho Feminino**: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. In: Estudos feministas, CIEC. UFRJ, vol.2 n.3, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAGUNDES, T.C.P.C. **Mulher e Pedagogia**: um vínculo re-significado. Salvador: Helvécia, 2005.

FARIA FILHO, L. M et alli. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: **A escola e seus atores**: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HARDING, Sandra. **Ciência y Feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Política de formação profissional para a Educação Infantil**: Pedagogia e Normal Superior. In: Revista Educação e Sociedade, ano XX, nº. 68, Dezembro/99.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. **As armas de Marte no espelho de Vênus**: a marca de gênero em Ciências Biológicas. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

PASSOS, Elizete Silva. **A Educação das Virgens**: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

SACCONI, Luiz Antonio. **Minidicionário Sacconi de Língua Portuguesa**. São Paulo: Escala Educacional, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SARDA, Amparo Moreno. **Em torno al androcentrismo em “la Historia”**. In: El arquétipo viril protagonista de la história. Ejercicios de lectura no androcéntrica. Cuadernos Inacabados. Barcelona: La Sal, 1987. Pp. 17-68 e 97-111.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SCOTT, J. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & Homem**: o mito da desigualdade. São Paulo: Moderna, 1988.

